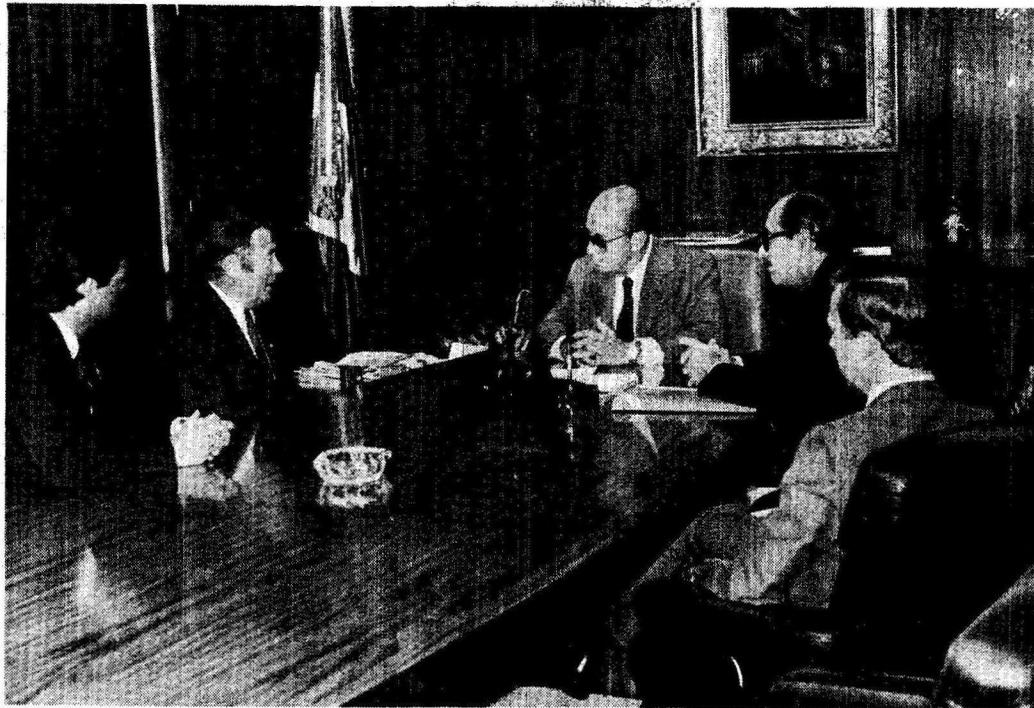


ADAUTO CRUZ



Os dirigentes do Lloyds mostraram que sem apoio dos bancos o ajuste será inviável

Brasil tem prazo curto para jumbo

O Governo brasileiro tem só mais uma semana para obter a confirmação de que a maioria dos 800 bancos credores aceita participar do novo empréstimo-jumbo de US\$ 6.5 bilhões, pois do contrário, o "programa de ajustamento econômico" não poderá ser aprovado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) no próximo dia 18, tornando impossível a liberação do adiantamento de US\$ 3 bilhões por parte dos banqueiros internacionais, ainda este ano, para que o Brasil possa quitar os atrasos no exterior.

A informação é do presidente do Lloyds Bank Internacional, sir Lindsey Alexander, que participa também do comitê de assessoramento formado pelos principais credores para gerenciar a renegociação da dívida brasileira. Alexander disse que seu banco - que é o quinto maior credor do Brasil - já deu sua confirmação e vai participar com uma "soma substancial" no novo empréstimo. Ele foi recebido em audiência pelo presidente João Figueiredo, após ter almoçado com o ministro da Fazenda, Ernane Galvêas.

OTIMISTA

Também esteve presente ao almoço o presidente do Banco do Brasil, Oswaldo Colln. O presidente do Banco Central, Affonso Pastore, porém, não apareceu, enviando em seu lugar o diretor da Área Externa, José Carlos Madeira Serrano. Após o almoço, em entrevista no Ministério da Fazenda, o presidente do Lloyds mostrou-se otimista, não apenas com a capacidade brasileira para obter o comprometimento dos demais bancos para o jumbo de US\$ 6.5 bilhões, mas também com os resultados do "programa de ajustamento", em termos de queda da inflação.

O banqueiro inglês disse que ainda não foi informado da intenção brasileira de promover uma renegociação global da dívida externa no próximo ano, incluindo também os juros, e não quis comentar esta intenção, sob o argumento de que ainda não passa de uma hipótese. O importante, em sua opinião, é fechar as atuais negociações com o FMI e com os bancos comerciais internacionais, para que o País coloque em dia os atrasados e tenha tranquilidade até o final do próximo ano, em termos de suas contas externas.

Alexander confirmou a disposição dos banqueiros em adiantar parte dos US\$ 6.5 bilhões - equivalente a US\$ 3 bilhões, de acordo com o Banco Central, - ainda este ano, para que o País possa quitar os atrasos no exterior, mas aler-

tou que a data-limite para isso é o próximo dia 18, quando FMI deve aprovar a Carta de Intenções do Brasil, já levando em conta os novos créditos que serão fornecidos pelos bancos credores, para financiar o programa brasileiro. Antes disso, entre os dias 10 e 14, o Brasil deve receber as respostas dos bancos consultados sobre o novo empréstimo.

Se, por acaso, o Banco Central não conseguir reunir a tempo essas respostas, ou se o FMI não puder aprovar a Carta de Intenções por outro motivo - como a improvável rejeição do Decreto-Lei 2.065 no Congresso -, os bancos credores se veriam em "sérias dificuldades", de acordo com o presidente do Lloyds. Ele confirmou que, neste caso, seriam atingidos principalmente os bancos norte-americanos, já que a legislação dos Estados Unidos obriga o lançamento dos atrasos como créditos em liquidação, se não forem quitados até o final do ano.

AMEAÇAS

"Mas, a pior consequência será para o Brasil" - alertou o banqueiro inglês, chamando a atenção para a necessidade de um posicionamento "otimista" por parte de todos neste momento. "Vocês estão muito pessimistas" - disse ele aos jornalistas, que insistiam em saber qual seria a reação dos credores caso o programa não seja aprovado pelo FMI na data prevista. Indagado se isto provocaria um impasse que impediria a montagem de um novo esquema com os credores, Alexander confirmou que as dificuldades seriam "grandes" mas não se arriscava a prever um rompimento. "A única coisa que não tem solução no mundo é a morte" - comentou.

Explicando que os credores são em tão grande número que não poderiam manter conta-

tos individualizados com o Governo brasileiro, para saber o que acontece com a economia do País, o presidente do Lloyds confirmou que os banqueiros estão se guiando pelas avaliações do FMI para tomar decisões relacionadas com o Brasil. Ele manifestou preocupação com a alta taxa de inflação, mas disse estar confiante nos resultados das medidas econômicas adotadas pelo Governo para conter a pressão inflacionária.

"Esta inflação elevada que vocês têm aqui cria sua própria continuidade, e um ponto importante do programa de ajustamento econômico é o mecanismo para quebrar a cadeia de aumentos e induzir o declínio da taxa inflacionária" - afirmou, discordando de uma pergunta sobre os resultados do programa do FMI para o Brasil. "Não é um programa do FMI, mas sim um programa do Governo brasileiro, acordado com o Fundo Monetário" - argumentou. O banqueiro inglês explicou ainda que não sabe de onde saiu a notícia, de algumas semanas atrás, dando conta de que o Governo britânico não iria participar dos novos créditos ao Brasil.

Ao classificar as dívidas da América Latina como problemas separados, que não podem ser abordados como um todo, o presidente do Lloyds disse que não espera nenhuma declaração de moratória por parte do novo presidente eleito da Argentina. "Não tenho meios para dizer se o presidente Raul Alfonsín quer ou não a moratória, mas eu acho que ele não vai fazer isso" - concluiu. Ao ser perguntado se os banqueiros consideram o Brasil de hoje um País politicamente estável, Alexander foi claro: "As respostas dos bancos ao pedido do novo jumbo é que vão esclarecer esta questão".